



ACÓRDÃO Nº81/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12439/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Itamarati.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Roberto Eliardo Ferreira Mota (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 98/2022-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itamarati. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ofício. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Roberto Eliardo Ferreira Mota**, responsável pela Câmara Municipal de Itamarati, exercício financeiro de 2019, na forma do art. 22, III da Lei n.º 2423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Roberto Eliardo Ferreira Mota**, no valor total de R\$ **22.188,39** conforme descrição abaixo:

R\$ 13.654,39 com esteio no art. 54, VI, da Lei 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, em razão das irregularidades (descumprimento do prazo de publicação do relatório de gestão fiscal referente ao segundo semestre e irregularidades no pagamento de diárias a vereadores caracterizando remuneração indireta);

R\$ 8.534,00 com esteio no art. 54, I, "a", da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, I, "a", do RI-TCE/AM, devido à remessa intempestiva de dados por meio do sistema e-Contas, referentes às competências de janeiro, fevereiro, março, abril e dezembro de 2019;

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor total da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE".



ACÓRDÃO Nº81/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar com fulcro no art. 40, VIII, da Constituição Estadual, à atual gestão da **Câmara Municipal de Itamarati** que:

- a. **instaure** processo administrativo disciplinar com o fim de apurar, respeitado o contraditório e a ampla defesa, o acúmulo ilícito de cargos públicos por parte dos Srs. José Carlos Fernandes de Freitas e Maria de Fátima Martins Ramos;
- b. **encaminhe**, por meio do sistema e-Contas, tempestivamente os dados exigidos pela Lei Complementar n. 06/91, sob pena, em caso de descumprimento injustificado, de desaprovação de vindouras Contas;

10.4. Oficiar o eminente Ministério Público do Estado do Amazonas bem como a Secretaria de Estado de Saúde, para que, diante dos fatos identificados durante a gestão do **Sr. Roberto Eliardo Ferreira Mota**, (item 3 do Relatório-Voto), adotem, se assim entenderem, medidas cabíveis;

10.5. Dar ciência do desfecho dos autos ao **Sr. Roberto Eliardo Ferreira Mota**, e à atual gestão da Câmara Municipal de Itamarati

11- Ata: 4ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Fevereiro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº81/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral